

A PEDAGOGIA VAI AO PORÃO: NOTAS CRÍTICAS SOBRE AS ASSIM CHAMADAS “PEDAGOGIA EMPRESARIAL” E “PEDAGOGIA EMPREENDEDORA”

Alessandro de Melo – PPGE/UNICENTRO. Email: alessandrodemelo2006@hotmail.com

Luciani Wolf – PPGE/UFPR. Email: luciani.wolf@yahoo.com.br. Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

O artigo reporta-se a um exame crítico das chamadas “Pedagogia empresarial” e da “Pedagogia empreendedora”, e tem como objetivo demonstrar como categorias de análise a naturalização das relações sociais, a concepção biologicista/naturalista de ser humano e uma concepção política adaptacionista. Critica-se ainda a ausência de um debate teórico denso no seio destas correntes, que na ampla “literatura” existente no mercado editorial não fazem mais que fornecer receitas práticas para a solução de problemas ou aparecer como “auto-ajuda” para os que querem um lugar ao sol no excludente mundo do trabalho. A ideia destas correntes é reforçar a naturalização do individualismo, alimentando uma corrida neodarwinista pela sobrevivência no constantemente cambiante mundo do trabalho. A metodologia adotada para a crítica foi a leitura extensiva da literatura existente e a compilação das categorias já apresentadas, que, conjuntamente, são uma demonstração de como a educação e seus intelectuais podem se tornar veículos da reprodução do sistema do capital. Desta forma, por via da categoria totalidade, procuramos evidenciar as mediações que vinculam estas pedagogias ao movimento ideológico de sustentação do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia empresarial, Pedagogia empreendedora, Educação e Trabalho.

ABSTRACT

KEY WORDS

1. INTRODUÇÃO

O título do artigo, “A pedagogia vai ao porão” é uma provocação para o debate sobre determinadas correntes que se denominam como empresarial e empreendedora. O adjetivo impresso no título tem algumas razões de ser: estas pedagogias não apresentam um cabedal teórico consistente, ficando, na melhor das hipóteses, no nível do senso comum, ou, então reproduzindo argumentos pseudocientíficos com os quais procuram seduzir seus leitores. Criou-se uma espécie de sublitteratura pedagógica que, se por um lado vende livros de forma razoável, como o caso mais conhecido de Fernando Dolabela (1999; 2004; 2006) e sua pedagogia empreendedora, por outro lado não avança em nada no que se refere ao campo teórico da Pedagogia, além de reforçar ainda mais determinadas ideologias inerentes à

sociedade capitalista em sua atual fase de crise estrutural, como é o caso do reforço da responsabilização individual, numa espécie de neodarwinismo, e da naturalização das relações sociais.

Em geral esta gama de textos aparece como receituário prático para a resolução de problemas ou prescrições de como e o que fazer. Neste sentido aproximam-se muitas vezes do que já é fortemente conhecido como literatura de “auto-ajuda”, mas neste caso com caráter pedagógico. Apesar disso não é possível menosprezar o alcance das ideias vinculadas pelas pedagogias empresarial e empreendedora, afinal de contas é cada vez mais palpável a sua presença nos cursos de Pedagogia e nas ofertas de cursos de Especialização. Seria uma discussão a parte compreender as razões de aceitação acrítica destas “pedagogias” pelos profissionais da educação.

Outra característica marcante deste campo é a capitulação total e irrestrita ao ideário burguês, tanto no que se refere à organização das empresas quanto à concepção de formação humana para a sociedade atual. Em ambos os casos, ou seja, na pedagogia empresarial e na pedagogia empreendedora, o que ocorre é um processo ideológico de naturalização das relações sociais e, no interior destas, das relações produtivas inerentes ao capitalismo. Não existe nos autores estudados uma centelha de crítica ao processo de alienação, de precarização do trabalho, de exploração, enfim, processos que são típicos do capitalismo. Ao contrário, o esforço parece ser o de convencer os leitores de que o cenário das empresas e do mercado de trabalho é um dado natural e, por isso, a única atitude correta é adaptar-se da melhor maneira possível, seja dentro da empresa, seja na luta por uma vaga no mercado de trabalho, seja na consecução do próprio negócio.

Apesar de terem este conjunto de semelhanças de fundo, existem claras diferenças quanto aos conteúdos de cada uma das propostas. A Pedagogia Empresarial, numa discussão corporativista, visa abrir um campo de atuação para os pedagogos nas empresas, desconhecendo, ou fazendo invisível em suas propostas, que o funcionamento do mercado se regula por princípios de maximização dos lucros e economia de recursos, sendo a abertura de postos nas empresas dependente destes princípios.

O intuito das propostas da pedagogia empresarial é reforçar a tese de que o pedagogo tem um papel de formar os trabalhadores segundo as necessidades produtivas específicas da empresa, ou seja, um profissional cujo papel é tornar mais eficiente o processo de extração de mais-valia e, logo, o processo de exploração dos trabalhadores. Significa, nada menos, que a entrega total e irrestrita dos serviços educativos para a pá do moinho da acumulação.

A pedagogia empreendedora, por sua vez, tem um alcance ideológico mais amplo, ao reforçar a tese tão difundida pelo neoliberalismo de responsabilização individual, o que, reforçamos, parece uma reativação da teoria darwinista da sobrevivência das espécies adaptado às relações sociais. O que está em jogo neste caso é uma concepção de sociabilidade, de relações humanas e do que é o ser social, que elimine a crítica e a responsabilização do sistema capitalista, em si gerador das mazelas sociais a que estão submetidos os indivíduos. Livra-se da crítica o sistema ao colocar no centro da “culpa” cada um de nós. Ao reforçar esta tese, nos parece, a pedagogia empreendedora não é mais que ideologia, e, ainda uma ideologia de senso comum, sem a qualidade dos clássicos do liberalismo.

Ao longo do texto serão focadas as principais ideias da pedagogia empresarial e empreendedora, tendo como referência a totalidade das relações em que esta discussão se encontra, como até aqui foi articulado. Faz-se urgente que a Pedagogia supere tendências como as acima enunciadas, para firmar-se como ciência da educação, e para isso é necessária à crítica radical, que aqui está apenas esboçada e que está a exigir novos estudos.

2. A PEDAGOGIA EMPRESARIAL

O termo pedagogia empresarial foi empregado pela primeira vez no início da década de 1980, devido ao surgimento de alguns cursos universitários sobre o tema. No princípio seu enfoque era no treinamento dos empregados nas organizações empresariais, que envolviam cursos, projetos e programas. Dada à preocupação com a formação de uma mão-de-obra afinada aos moldes da acumulação capitalista é que esta “pedagogia” vai encontrar acolhimento no interior de empresas. A ideia é que, ao se investir em um processo de educação de seus trabalhadores, a empresa assegura a produtividade destes, o que, ademais, se alia ao fato da inerente exclusão existente no mercado, que pressiona os que estão trabalhando.

Um substrato ideológico interessante é que, no rol argumentativo da pedagogia empresarial, o desenvolvimento pessoal e as estratégias organizacionais aparecem em continuidade de projeto, sintetizado na concepção de capital humano e capital intelectual, como afirma Lopes (2008, p.32) ao explicar a pedagogia empresarial como:

um ramo da pedagogia que se ocupa em delinear frentes para que ocorra o desenvolvimento dos profissionais, como um diferencial entre as empresas. Ela procura favorecer uma aprendizagem significativa e o aperfeiçoamento do capital intelectual (produto da Pedagogia Empresarial) para o desenvolvimento de novas competências que atendam ao mercado de

trabalho. Isso tudo aliado às competências dos profissionais da área administrativa e psicológica. Segundo Ribeiro (2010) a pedagogia dentro da empresa surge da necessidade de formar/preparar mão de obra para atuação nas empresas, ou seja, como demanda interna e externa por melhor desempenho pessoal e profissional. Para Lopes (2008) a pedagogia empresarial, enquanto “ciência” ligada ao desenvolvimento de uma “aprendizagem significativa” contribui para que as empresas desenvolvam esses seus grandes “diamantes” – o ser humano, nos seus aspectos intelectual, social e afetivo.

Sobre a formação de pessoal para o desempenho de funções dentro das organizações pode-se afirmar de acordo com Ribeiro (2010, p. 61) que:

Os programas de formação de recursos humanos devem contemplar a Formação Básica (aquisição de conhecimentos e habilidades básicas que facilitam a vida funcional. Relevante para os funcionários operacionais e administrativos de menor qualificação); a Formação Geral (conhecimentos de questões ligadas à Administração Pública e ao desempenho de tarefas); a Formação Específica para o Cargo (conhecimentos e habilidades para o desempenho das funções inerentes ao cargo).

Devido a alguns fatores importantes na realidade das organizações, entre os quais a baixa escolaridade dos empregados, principalmente os operários do chão da fábrica, a pedagogia empresarial se expande e torna-se sinônimo de educação e treinamento com o advento do toyotismo e da qualidade total, numa busca incessante de “captura das subjetividades”, como já afirmou Alves (2011).

De acordo com Michel e Gomes (2004, p.1) com “[...] a globalização atual e competitividade cada vez maior as organizações estão cada vez mais em busca de oferecer produtos e serviços com qualidade”. Na verdade, o que não expressam os autores é que esta “busca”, na verdade, é um indício concreto da luta fratricida dos capitais individuais por conta da concorrência desenfreada que caracteriza o capitalismo na atual fase de crise estrutural. A concorrência, por sua vez, leva as organizações a se lançar em estratégias de otimização dos resultados. Sobre isso Schumpeter (1982, p. 89) depõe de forma convincente:

O encanto está quebrado e os novos estabelecimentos estão surgindo continuamente sob o impulso dos lucros sedutores. Ocorre uma reorganização completa da indústria, com aumento de produção, luta concorrencial, superação dos estabelecimentos obsoletos, possível demissão de trabalhadores etc.

A estratégia pedagógica, então, está em desenvolver treinamentos para o pessoal das empresas, ação esta que, segundo Ribeiro (2010, p. 54), visa “[...] a melhoria da qualidade

organizacional [...]” por meio do “[...] acompanhamento e apreciação sistemática do desempenho dos funcionários, com o oferecimento de *feedback* imediato.” (ibidem)

Sobre as vantagens do treinamento a autora ainda destaca: aumento da produtividade em menos tempo, diagnóstico permanente das necessidades de formação/treinamento, acompanhamento mais preciso dos desempenhos individuais e grupais, *feedback* permanente, aprimoramento dos aspectos relacionais e motivacionais, oportunidade de valorização do aprendiz, diminuição dos desperdícios (tanto na utilização dos equipamentos, quanto na utilização do tempo) e identificação de potencialidades e talentos.

Uma ideia recorrente nos textos da pedagogia empresarial é a crítica à escola pública, que, segundo os autores, não mais forma pessoal capacitado para o trabalho nas empresas, segundo as demandas atuais do mercado.

Para a inserção do profissional da educação nas empresas, segundo Nicheti (s/d), é preciso, primeiramente, conhecer a filosofia da organização, com tudo que esta engendra de valores, crenças, política, princípios e sistemas gerenciais. Por outro lado, o trabalho deve ser no duplo sentido que se segue: de um lado, as empresas necessitam produzir cada vez mais e melhor, e, por outro lado, os trabalhadores precisam se adaptar para se manter no mercado, e, logo, existiria uma confluência de objetivos que caberia ao profissional da educação na empresa unir.

De acordo com Fonseca (s/d.) para fazer frente a uma concorrência crescente nos mercados globais, as empresas precisam ser ágeis e diminuir a hierarquia. A nova organização caracteriza-se pela ambiguidade hierárquica, por possuir menos fronteiras e uma comunicação rápida entre empregados, fornecedores, educadores e clientes. A mesma autora diz que “[...] no cenário atual o objetivo passa a ser, não só, o desenvolvimento de habilidades de aprender sempre, como também, dar continuidade ao processo de aprendizagem nas diversas situações do mundo do trabalho.” Para Ribeiro (2010, p.65) “[...] a formação profissional não pode ser entendida fora da dinâmica empresarial. É um dos elementos constitutivos da própria vida de uma organização.”

Para que a formação ocorra nos moldes propostos pela empresa é necessário que o responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, o formador, dentro da organização possua competências, como as evidenciadas a seguir, por alguns autores da pedagogia empresarial.

De acordo com Lopes (2008) logo de início o pedagogo deve conhecer e reconhecer as estratégias de aprendizagem e saber contextualizá-las, para depois escolher e aplicar metodologias adequadas ao contexto humano e físico. É ainda de sua responsabilidade promover a reconstrução de conceitos básicos como autonomia, criatividade e espírito de

equipe; tal procedimento evita o acúmulo de dificuldade, já que os funcionários dificilmente apresentam suas dúvidas, por temer a perda do emprego, da promoção e de afetar sua imagem perante os demais.

A autora diz ainda que para promover uma educação prazerosa e com qualidade, o pedagogo empresarial necessita de estudos para conhecer o produto/serviço e agregá-lo ao paradigma para trabalhar em função do desenvolvimento pessoal e empresarial, sendo necessário para isso conhecer: o que a gerência espera de cada funcionário e quais são as atividades a serem desempenhadas por cada função, como também a observação do funcionário, com a finalidade de saber se ele entende a sua função. Desses exige-se as seguintes competências: conhecimento, habilidade e atitude, o que, segundo Lopes (2005), é representado pela sigla CHA.

Holtz (1999) cita algumas responsabilidades do pedagogo empresarial no que concerne, por exemplo, a conhecer e encontrar soluções práticas para as questões que envolvem a otimização da produtividade das pessoas; conhecer e trabalhar na direção dos objetivos da empresa; conduzir, através de atividades práticas, as pessoas que trabalham na empresa direcionando-as aos objetivos humanos e aos definidos pela empresa; promover as condições e atividades práticas necessárias ao desenvolvimento integral das pessoas, com o objetivo de aperfeiçoar a produtividade pessoal; aconselhar, de preferência por escrito, sobre as condutas mais eficazes das chefias para com os funcionários e destes para com as chefias, a fim de promover o desenvolvimento da produtividade empresarial; conduzir o relacionamento humano na empresa, através de ações pedagógicas, que garantam a manutenção do ambiente positivo e agradável, estimulador da produtividade.

Nichetti (s/d), por sua vez, afirma que o pedagogo empresarial deve desenvolver estratégias didático-pedagógicas para a mediação do saber, influenciar positivamente os indivíduos para a mudança, investigar motivações, desenvolver novas competências e habilidades, ter visão focada em um objetivo, criar estratégias de percepção e ajudar os indivíduos a terem autonomia. É através do *feedback* que se constata a eficiência da atuação deste profissional na organização. Para ela, na atualidade, as organizações atuais buscam um funcionário pensante, criativo, pró-ativo, analítico, com habilidade para a resolução de problemas, tomada de decisões, capacidade de trabalho em equipe e que seja flexível a toda espécie de mudança. Schumpeter (1982, p.60) confirma esse pressuposto sobre a aprendizagem ao afirmar que:

Isso é assim porque todo o conhecimento e todo hábito, uma vez adquirido, incorporam-se tão firmemente em nós como um terraplano ferroviário na terra. Não requerem ser continuamente renovados e conscientemente reproduzidos, mas afundam nos extratos do subconsciente. São transmitidos normalmente, quase sem conflitos, pela herança, pelo ensino, pela educação, pela pressão do ambiente. Tudo o que pensamos, sentimos ou fazemos muito torna-se frequentemente automático, a nossa vida consciente fica livre desse esforço.

Para Fonseca (1998) a falta de visão gerencial e a resistência a mudanças ainda presente em grande parte do sistema produtivo, devem dar lugar a aprendizagem de forma a permitir a resolução dos novos desafios da atividade dinâmica que caracteriza a economia global atual. Para tanto, empresários e trabalhadores devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e empregabilidade, o êxito de ambos terá muito a ver com a maximização de suas potencialidades cognitivas, isso diz respeito à capacidade de aprender a aprender, de reaprender e de adaptação. Para o autor não se trata de despedir os trabalhadores, mas de reconvertê-los. Portanto, de acordo com esse tipo de enfoque educacional, não há dúvidas de que o autor propõe uma formação para atender a adaptabilidade ao sistema contemporâneo.

Para os autores da pedagogia empresarial, as novas formas de organização social solicitam um trabalhador com potencial criativo e participativo. Assim, para eles, nesse momento, tudo indica que seja oportuno para os setores produtivos estreitarem as relações existentes entre teoria e prática, canalizando essa união em benefício da qualificação profissional, ainda que, contraditoriamente, o interesse das empresas capitalistas com a formação profissional seja a acumulação do capital.

No que se refere à produtividade, que consiste em um dos objetivos centrais da pedagogia empresarial, Holtz (1999, p.44) diz que esta “[...] é a faculdade inata da pessoa humana, de produzir, de ser rendosa, de ser proveitosa, de ser criativa e elaboradora em tudo o que sabe fazer.”

Na proposição de Hayek (1987) parece estar nítido que a pressão nos ambientes de trabalho cumpre papel significativo para a produtividade pessoal

O problema reveste-se de importância ainda maior porque, no mundo que conhecemos, torna-se improvável que um indivíduo dê o melhor de si por muito tempo, a menos que seu interesse esteja diretamente envolvido. A maioria das pessoas necessita, em geral, de alguma pressão externa para se esforçar ao máximo. (HAYEK, 1987, p. 127)

Nesse contexto e para que a produtividade se concretize, o treinamento dos indivíduos para determinadas funções assume caráter de grande influência. Para tanto, os responsáveis pelo treinamento devem ser especialistas em aprendizagem, e por isso, a função do pedagogo assume importância dentro da empresa, já que se pressupõe que esse profissional dispõe de uma formação que o habilita a lidar com a motivação, o treinamento etc., cujo propósito é também de aumentar o potencial produtivo das pessoas, o que contribui para a permanência das empresas por longo período no mercado¹.

Um outro elemento é encontrado na literatura sobre pedagogia empresarial: o elemento místico. Visando a motivação, a pedagogia empresarial pode recorrer a caminhos como a meditação como instrumental que eleva a autoestima, a motivação e, conseqüentemente, a produtividade pessoal e do grupo. Holtz (1999, p. 113) afirma que isso “[...] dá à alma humana, um corpo mais preparado para obedecer, por isso, também desenvolve a vida interior no aspecto espiritual, mental e físico.” E diz ainda que “[...] a sabedoria do vencedor está na obediência à ‘lei da não resistência’”.

Para Ribeiro (2010, p.55) “[...] a motivação de cada elemento da organização é o ponto-chave para a efetivação/operacionalização de programas, projetos, atividades (na área de serviços, inclusive)”. Portanto, as pessoas assim treinadas, motivadas vão tornando-se passivas, pois sabem que encarando as situações com compreensão, aceitação e gratidão, aquilo que aparenta ser negativo, contribui para o desenvolvimento pessoal e grupal dos sujeitos e também para o crescimento da empresa.

Ainda sobre a motivação, convém mencionar que esta deve acontecer de maneira contínua, o que implica em provocar movimento, já que, de acordo com a autora, sua função principal é a de reorganizar as ações das pessoas em determinadas direções, portanto:

ausência de motivação para a realização de uma tarefa ou em relação aos resultados que desta resulta, na maioria das vezes, em aumento de tensão emocional, aborrecimentos frequentes, irritabilidade, agressividade, insatisfação, fadiga e baixo desempenho. (RIBEIRO, 2008, p.50).

A autora ainda menciona, por meio de um discurso destituído de densidade, que estudos comprovam que as pessoas motivadas trabalham e aprendem mais depressa e apresentam maior grau de competitividade. Nesse sentido, dentre os campos relacionados à

¹ Claro está que este papel vem sendo desempenhado na história por várias espécies de profissionais, desde que se habilitem a isso por meio de formação continuada. A esta proposição é que pensamos ser a pedagogia empresarial uma falácia corporativista, ou seja, que propõe que as empresas abram espaços para os pedagogos, sem entender de fato como funciona o mundo do trabalho.

motivação, cabe citar de acordo com Ribeiro (2008), desejo de poder, sexo, religião, cultura, expectativa, sucessos e fracassos alcançados ao longo da vida e muitos outros.

A criatividade é outro ponto em destaque dentro da pedagogia empresarial, e ganha vigor a partir do século XX. Ribeiro (2008) menciona que o processo criativo não pode ser analisado e restrito a etapas lógicas, já que não evoluem linearmente. Segundo “pesquisas” trazidas pela autora, à criatividade, ao mesmo tempo em que se apoia na singularidade individual e em suas experiências, pode ser observada como uma faculdade universal que independe de aspectos culturais. O resultado dessas pesquisas permite a formulação de hipóteses, tais como as que defendem que no processo criativo o fator emocional ganha primazia em relação ao intelectual.

A autora destaca que a diferença entre ensino e aprendizagem em uma empresa perde a importância ao privilegiar um planejamento que contemple os dois como faces indissociáveis do mesmo processo, onde quem ensina e quem aprende saiam beneficiados. O aprendiz deve se envolver no processo de tal forma que seja capaz de assimilar o que é proposto, o que se dá através de sua participação na proposição de conteúdos, metas e métodos de aprendizagem e não apenas do conteúdo e metodologia utilizada sem a sua opinião. Assim torna-se evidente que a participação deste aprendiz em todo o processo possui grande importância e precisa ser considerado por aqueles que têm a tarefa de educar dentro da empresa ou de outras organizações.

Nesta perspectiva de ensino-aprendizagem, observa-se certa ênfase nas metodologias que, de algum modo, centram-se no aluno, especialmente no trabalho em grupos. Nesse sentido Ribeiro (2010, p.27) menciona que:

O curioso desta postura didática centrada no princípio da independência do aluno é que ela é planejada pelo professor. É o professor quem planeja a independência dos que aprendem. Este tipo de planejamento didático acredita ser possível planejar a independência e desenvolvê-la nos processos de aprendizagem que são planejados e organizados sem a participação dos alunos. Estas formas de orientação dos alunos pelo professor evidenciam a ausência de uma qualificação pedagógica-chave para a atuação dos pedagogos especializados na formação profissional no âmbito empresarial.

Destaca-se ainda no âmbito das organizações a mudança constante a que são submetidos os integrantes de uma equipe, para tanto, se atua no sentido de criar nos indivíduos esse compromisso; a preparação deve permitir as pessoas esta habilidade. A autora diz que não cabe mais pensar uma organização pautada na rotina; esta cedeu lugar às permanentes transformações e, portanto, ao convívio com a mudança. Se isso não acontece o

clima se torna tenso, afetando não somente o ambiente do trabalho, mas também a família, o que interfere na qualidade de vida dos envolvidos. Daí a ênfase na flexibilidade e no empreendedorismo, elementos que somam a um perfil pessoal que deve ter o trabalhador que enfrenta o mundo do capital em crise, e o faz numa posição de fragilidade perante a necessidade de se manter no emprego.

Em suma, a pedagogia empresarial reforça os valores capitalistas disseminados na sociedade, como a necessidade de se adaptar, de ser flexível, de aprender sempre, de ser criativo para enfrentar situações de crise, e, por outro lado, reforça ou colabora para a manutenção e aumento da acumulação capitalista num momento de crise e de alta concorrência em nível mundial, em que as empresas sentem-se pressionadas por manter altos níveis de produtividade.

3. A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA

O conceito de Pedagogia Empreendedora surge na década de 1990, primeiramente na empresa e posteriormente transportado para todas as áreas da atividade humana, e nesse estudo nos ocupamos da educação. De acordo com Dolabela (1999) precursor dessa corrente no Brasil, todos nascem com a capacidade de empreender, entretanto, cabe à educação o desenvolvimento desse perfil nos alunos. Por isso o autor argumenta que o empreendedorismo é de fundamental importância para a formação dos alunos em qualquer nível de escolaridade e, portanto, deveria fazer parte de todos os currículos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, pois prepara o aluno para a realidade do mercado, seja qual for à área por este escolhida.

A proposta da pedagogia empreendedora baseia-se nos quatro pilares da educação preconizados por Jacques Delors (1998) no relatório organizado para a UNESCO, o “aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer” e agora com Dolabela “aprender a sonhar”.

O termo empreender tem origem francesa (*entrepeneur*) e é usado para designar um sujeito inovador, que assume incertezas, portanto, o indivíduo que quer se desenvolver. Apresenta-se ainda como a ideia é que os indivíduos possuem potencial e são capazes de modificar sua situação. De acordo com Cielo (2006 p.202) que recorre a Drucker (1987) para explicar em que consiste o empreendedorismo:

o termo foi utilizado pela primeira vez por volta de 1800 por Jean Baptista Say, um economista francês com o intuito de distinguir o indivíduo que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa

produtividade para um com produtividade elevada e com maiores rendimentos.

Para Hayek (1987) as virtudes menos estimadas e praticadas atualmente, como por exemplo, independência, confiança própria, disposição para assumir riscos, defender convicções pessoais contra a maioria e cooperação voluntária, são as principais virtudes da sociedade individualista. E nesse sentido podemos mencionar que é também esse cenário propício ao surgimento de indivíduo empreendedor.

De acordo com Drucker (2005) empreendedor é definido como alguém que inicia um negócio próprio, mas, nem todo negócio representa um empreendimento realizado por empreendedores.

O autor também destaca a figura do empreendedor, bem como sua ação, sendo este o produtor que inicia a mudança econômica, e se necessário educa os consumidores, no sentido de almejar novas coisas, ou coisas que são diferentes daquelas que costumam consumir. Para tanto, o empreendedor necessita de crédito, por ele entendido como uma transferência temporária de poder de compra, para que o indivíduo empreendedor possa produzir e executar combinações novas.

O empreendedorismo que se encontra em voga no âmbito educacional atual, em todos os níveis de escolaridade, significa realizar, fazer ou executar um projeto, e, portanto, o sujeito empreendedor deve apresentar determinadas habilidades e competências para criar e gerir um projeto próprio gerando resultados positivos.

Para Stefano, Dutra e Facini (2006, p.53), “[...] políticas de apoio e fomento ao empreendedorismo cresceram substancialmente no mundo ocidental a partir da década de 1970, face às suas qualidades para impulsionar a revitalização social e econômica.” De acordo com os mesmos autores, em nosso país a partir da década de 1980 as autoridades e agentes começaram a se preocupar e concentrar recursos em estratégias para o crescimento do empreendedorismo. Cielo (2006, p.203) menciona que o movimento começou a ser difundido no Brasil a partir dos anos 90 com o surgimento de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira para a Exportação de Softwares (SOFTEX).

Dolabela (1999) afirma que a primeira matéria de empreendedorismo que se tem notícia a ser ministrada no Brasil foi em 1981, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Tratou-se de uma iniciativa do professor Ronald Degen, intitulada “Novos Negócios”. A disciplina pertencia ao curso de Especialização em Administração e em

1984 foi estendida também para a graduação, com a denominação de “Criação de Novos Negócios – Formação de empreendedores.”

Já sobre a introdução de disciplinas de empreendedorismo na educação básica pode se dizer de acordo com os autores Franzini, Sela e Sela (2006) que elas possuem um caráter “revolucionário” por apresentarem uma quebra de paradigmas na tradição didática, uma vez que aborda o saber como consequência dos atributos do ser. Os pilares sob quais se assenta a pedagogia empreendedora são a formação de atitudes e aquisição de habilidades pautadas no “aprender a aprender”. Nesse sentido as metodologias tradicionais de ensino vão sendo suprimidas por novas formas que priorizem a inovação.

Para Dolabela (1999 apud FRANZINI, SELA E SELA, 2006, p.80):

a capacidade empreendedora é condição necessária para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer comunidade. O empreendedorismo combate o desemprego e pode ajudar a distribuir renda, conhecimento e poder em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira.

Se a educação empreendedora não acontecer de fato, grandes parcelas da população poderão ser excluídas do processo de geração de rendas, bem como de usufruir das riquezas; já a preocupação, afirmam os autores, é com o aumento da capacidade de gerar capital social e humano. Cielo (2006, p.217) destaca que os indivíduos podem aprender a ser empreendedores, já que aprendem a ser empregados. Aqui convém mencionar o que relata Ribeiro (2008, p.150):

O perfil do trabalhador na era do conhecimento exige habilidades, como preferência por riscos, compulsão por velocidade, para poder acompanhar a evolução tecnológica. Elas preferem uma carreira constituída por uma série de saltos e não de passos, exigem lideranças e não chefias, querem apoio com aprendizado e feedback compreensivo e proveitoso. Uma questão que daí decorre diz respeito a que os processos de Recursos Humanos precisam ser revistos e reestruturados.

Para que haja formação empreendedora faz-se necessário apontar alguns aspectos importantes sobre quem ensina o empreendedorismo. Para Franzini, Sela e Sela (2006, p.88) na pedagogia empreendedora a ênfase é no auto-aprendizado, todavia, isso não diminui o âmbito de ação do educador, pois cabe a ele ampliar as referências e fontes de aprendizado, assim como redefinir o próprio conceito de saber, embora não assuma a posição de seu único detentor, assim:

Ele é quem irá preparar um ambiente favorável para que o aluno tenha possibilidade de construir seu próprio saber empreendedor. O papel do professor pode ser visto como o de alguém que provoca desequilíbrio nas relações do aluno com o mundo, através de perguntas, desafios, questionamentos; e, ao mesmo tempo, oferece apoio necessário para que ele, diante de conflitos cognitivos, desenvolva uma ação auto-organizadora. (FRANZINI; SELA; SELA, 2006, p. 89).

Como a formação empreendedora preocupa-se não somente com a formação do empreendedor que cria seu negócio, mas com empreendedores de diferenciadas áreas, o profissional que atua frente a essa realidade deve assumir uma postura que lhe permita gerir o processo de ensino-aprendizagem com base nos pressupostos construtivistas e entender que os resultados do empreender estão relacionados com um processo contínuo de aprendizagem que nem sempre acontece na escola. Assim sendo, o professor terá como apoio materiais didáticos e também poderá juntamente com a escola promover eventos e ações de motivação e sensibilização dos alunos.

No Brasil a pedagogia empreendedora como metodologia de ensino que visa formar empreendedores já em idade precoce é uma criação de Fernando Dolabela. Em algumas de suas obras (1999; 1999 e 2004) o autor fala da transformação dos sonhos em realidade e considera empreendedor aquele que sonha e luta pra tornar concretamente viável seus sonhos. O autor ainda destaca a importância que os empreendimentos têm para o desenvolvimento de uma comunidade, no sentido do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

A metodologia visa atingir crianças e adolescentes de toda a educação básica, através da “Teoria Empreendedora dos Sonhos”.

O ensino pautado neste método não se realiza pela transmissão de conhecimentos, mas pela indução à prática, com ênfase no auto-aprendizado. A ação do professor consiste mais em incentivar o aluno na construção do seu conhecimento e não de ensinar ou transferir conhecimento. A avaliação nesta perspectiva de ensino também precisa ser realizada dentro dos mesmos padrões. Assim, mais do que avaliar conteúdos de forma classificatória, a avaliação deve apoiar o aluno para que este se auto avalie. Outro aspecto valorizado é o processo de tentativa e erro para a resolução de problemas.

Dentre algumas características que compõe o perfil do empreendedor encontram-se algumas habilidades técnicas e outras que dizem respeito a características pessoais, que também assumem grande importância, entre as quais são correntemente citadas: criatividade, imaginação, visão, comunicação, coragem, ambição, comprometimento, capacidade de organização e planejamento, responsabilidade, disciplina, persistência, liderança, habilidade

para trabalhar em equipe, coragem para assumir riscos, interesse por novas informações, soluções e inovações e conhecimento em marketing, logística etc.

De acordo Espejo e Previdelli (2006): “[...] a atividade empreendedora sofre e gera impactos no meio econômico, social e político no qual a organização se insere. E em virtude de seu efeito multiplicador, produz empregos, renda, crescimento e desenvolvimento.” Os defensores do empreendedorismo advogam ser este essencial para a geração de riquezas de um país, já que promove o desenvolvimento econômico e melhora as condições de vida de uma população, além de contribuir de forma significativa na geração de rendas e empregos. Dolabela (2004, p.35) afirma que:

Para ser empreendedor, não precisa abrir uma empresa. Uma pessoa pode ser empreendedora em qualquer área que escolher para trabalhar: empregado do governo ou de empresa, professor, artista. Além disso, o objetivo do empreendedorismo não é o enriquecimento pessoal, mas oferecer alguma coisa boa para os outros. Em termos sociais, ele visa às melhorias das condições de vida para todos. Deve ser um instrumento para acabar com a pobreza e a miséria.

O autor acima mencionado recorre ao economista austríaco Schumpeter (1934) para o qual o termo empreendedor está associado ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios, e também a Filion (1991) que por sua vez diz que empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões. Para Schumpeter (1982, p. 47)

Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

O documento do SEBRAE (2008, p.1) traz o seguinte comentário a respeito do indivíduo que empreende como sendo: “Uma pessoa que gera, acumula e distribui riqueza a partir de um sonho, ideal ou necessidade de sobrevivência”.

Dornelas (2003) explicita ainda o empreendedorismo como um fazer inovador e transformador da situação atual, busca incessante de novas oportunidades de negócio, tendo como foco a criação de valor. Ainda segundo o autor, o termo possui vários significados, mas na essência se resume em fazer algo diferente, empregar os recursos disponíveis de forma criativa, assumir riscos calculados e ainda buscar oportunidades e inovar.

Os empreendedores são pessoas ou equipes de pessoas com características especiais, que são visionárias, que questionam, que ousam, que querem algo diferente, que fazem acontecer, ou seja, que empreendem. Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem uma motivação singular, gostam do que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado. (DORNELAS, 2003, p.59).

Diante desse argumento pode se dizer que o empreendedor é quem identifica oportunidades, provê recursos e presa pelo desenvolvimento da organização e empreendedorismo é a ação do empreendedor na criação de um novo negócio, bem como na geração de riquezas.

Fernando Dolabela (1999) parte do pressuposto que todos nascem com a capacidade de empreender, mas cabe à educação o desenvolvimento desse perfil nos alunos, já que essa não é uma característica genética, mas que pode ser adquirida através da educação. Para ele, o empreendedorismo deveria fazer parte de todos os currículos, como um processo de formação de atitudes e características e não como uma forma de transmissão de conhecimentos, pois, prepara o aluno para a realidade e não importa qual será a profissão que este vai seguir. Para tal, Dolabela (1999, p. 41) diz que:

temos agora a obrigação de educar nossas crianças e jovens dentro de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e gerar riqueza, capacidade de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis, porque, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento.

Interessante é notar que existe, no seio destas correntes, uma “disputa pela linguagem”, ou seja, a produção de um discurso que utiliza princípios e conceitos caros a todos aqueles que entendem a formação humana sob um ponto de vista da liberdade e autonomia. Termos como “autonomia”, “independência”, “capacidade de gerar o próprio emprego”, “inovar”, “crescer em ambientes instáveis” etc., podem ser compreendidos, numa leitura descontextualizada, como princípios de sociabilidade válidos para todos, independente de classe social ou corrente política. A colocação no discurso destes termos tem a clara

intenção de seduzir o leitor (ROSSLER, 2006) e, com isso, ganha-lo, por assim dizer, para a proposta empreendedora de educação.

No entanto, o que este trabalho procura demonstrar é que o uso destes termos está “sequestrado” para balizar e legitimar, ainda que por vias não racionais, mas da sedução, uma ideologia claramente naturalizadora, em que os termos utilizados não são mais que armas individuais de enfrentamento de uma situação dada como natural, como imutável, frente a qual não é possível senão adaptar-se ou perecer. Portanto, a saída é que se desenvolva um projeto educativo que propicie alavancar princípios empreendedores.

Neste sentido, a escola não deve ficar alheia a isso, embora represente apenas uma das instituições sociais que deveria trabalhar o empreendedorismo. A escola, na concepção de Dolabela (1999), deve agir em colaboração com o meio econômico e empresarial, preparando pessoas para agir e pensar por conta própria, para inovar e ocupar o seu lugar no mercado de trabalho de maneira emotiva e prazerosa. Segundo pesquisadores e especialistas da área, a cultura empreendedora será a grande revolução do século XXI, o que é corroborado por Dolabela (1999, p.200-201):

É o início de uma revolução [...] o ensino de empreendedorismo. Fazer com que todo o curso, do primário à pós-graduação, exista sempre um conteúdo sobre a iniciativa, a independência, a criatividade, o conhecimento do mercado e de suas necessidades. Mudar a visão dos cursos. Estudantes de todos os cursos precisam saber empreender e não se ater aos conhecimentos específicos de sua área. A capacidade de criar algo só se aprende na ação e quando se tem um perfil para isso.

O empreendedorismo transforma-se, assim, na inusitada revolução social que deverá ocorrer no século XXI, comparável aos efeitos da revolução industrial ocorrida no século passado. Essa transformação que surgiu há vinte anos nos Estados Unidos, visando estimular a criação de empresas de sucesso, bem como, procurando diminuir os riscos inerentes aos processos de inovação. Para compreender esse fenômeno torna-se importante lembrar que, em 1975, nos EUA, cinquenta instituições universitárias ministravam aulas de empreendedorismo, sendo que em 1998 já eram mais de mil. Nos dias de hoje, o ensino de empreendedorismo na educação básica tornou-se obrigatório em cinco estados americanos (TERRA, 2005 *apud* FRANZINI; SELA; SELA, 2006, p.77-78).

Diante deste contexto é que esses apresentam uma nova metodologia para as aulas, onde o “aprender a aprender” esteja sempre presente, como condição essencial de garantia de aquisição de um perfil empreendedor por parte dos alunos, o que é reportado na maioria das obras que tratam do tema empreendedorismo na educação. A seguinte passagem da obra A

ponte mágica, de Dolabela (2004), retrata como deve ser uma aula nestas condições. O autor fala sobre o comportamento da menina Luíza na escola, como alguém que senta na primeira fila, anota, pergunta e imagina-se em uma vida sem padrões estabelecidos:

Era a primeira vez que tinha uma aula sem jeito de aula, mais parecida com uma conversa. Alunos sempre calados romperam a timidez com perguntas. A professora Helena, que também lecionava ciências, apaixonara-se pelo empreendedorismo. (DOLABELA, 2004, p.34)

E ainda ao falar sobre as características da menina Luíza com forte perfil empreendedor o autor diz que ela deixou se atrair pelo desconhecido, pelo risco, pelo prazer, evidenciando que para isso é necessário não ter medo e encarar os desafios com cabeça erguida, demonstrando preparo frente às dificuldades.

De acordo com Dornelas (2003) o papel do empreendedor sempre foi fundamental na sociedade, mas está se intensificando agora devido à evolução tecnológica, que requer um número maior de pessoas que se encaixem nesse perfil.

Porém, o empreendedor desenvolve e utiliza procedimentos para se certificar que o trabalho será realizado no prazo e dentro dos padrões de qualidade. Schumpeter (1982) menciona o empreendedor como alguém intuitivo e que tem a capacidade de ver as coisas da forma como se constata posteriormente.

Percebe-se diante disso que desde os autores clássicos do liberalismo e do empreendedorismo há a preocupação com a liberdade individual e autonomia dos sujeitos, o que conseqüentemente pode culminar na manutenção da ordem estabelecida, que requer um sujeito que seja capaz de empresariar seu futuro.

Porém, se o desemprego será uma realidade, já que as corporações estão dispensando em grande parte a mão-de-obra humana e essa redução se torna mais contundente a cada dia, uma das alternativas apresentadas é o empreendedorismo, bem como tudo o que lhe é inerente, que segundo a sua ideologia torna organizações e seres humanos cada vez mais independentes.

De acordo com Dornelas (2003) o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois os empreendedores atuam em favor da globalização, criam novas relações de trabalho e definem novos empregos gerando riqueza para a sociedade, sendo o momento atual propício para o surgimento de cada vez maior de empreendedores.

Para Drucker (2005) os indivíduos enfrentam um grande desafio na sociedade empreendedora, o desafio do aprendizado constante, o que deve ser encarado como

oportunidade e cada vez mais as pessoas terão que assumir responsabilidades pelo seu próprio aprendizado contínuo, bem como pela sua própria carreira. Todavia, ainda segundo o mesmo autor os empreendedores não se contentam com as melhorias ou mudanças do existente, mas procuram criar novos e diferentes valores, convertendo material em recurso ou combinando recursos.

A partir do que se evidencia nessas pedagogias ditas “atuais” por estarem em consonância com a ordem social ora estabelecida e também por convergirem com os clássicos liberais em muitos aspectos, embora destituídas do aprofundamento destes e considerando os pontos até aqui destacados, no próximo capítulo, pretende-se, analisar os pressupostos destas “pedagogias” no que diz respeito à naturalização que pretendem imprimir as causas sociais, à luz de autores que realizam a crítica ao projeto burguês de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve a intenção de sistematizar algumas críticas às chamadas Pedagogia Empresarial e Empreendedora, entendendo seus elementos comuns e ressaltando a especificidade de cada uma delas. De modo geral estas pedagogias apelam para um discurso de senso comum, pouco preocupada com uma discussão teórica sobre educação, discussão esta que focasse no elemento central a que esta deve se dobrar: a realidade social.

A pedagogia empresarial, como vimos, não passa de um estágio pré-corporativo, ou seja, um discurso que, ao intentar delinear o possível papel dos pedagogos nas empresas, ou abstrai a realidade das empresas ou abstrai a real dinâmica do mercado, que cada vez mais é alheia a regulamentações e reservas. Isso por um lado. Por outro lado, o que se vê nestes textos é uma entrega total dos serviços pedagógicos para os desígnios do capital, nada mais que um auxiliar, desprezível ademais, no processo de acumulação. Neste caso, caberia ao pedagogo na empresa ser uma espécie de mediador entre os trabalhadores e a “filosofia” da empresa, ou seja, a necessidade de formação específica para a produção.

Já a pedagogia empreendedora parte de outros princípios, embora tenha como base uma leitura da realidade que, a nosso juízo, comete os mesmos equívocos apontados anteriormente, quais sejam, uma leitura que abstrai a realidade e que submete a Pedagogia aos ditames do processo de acumulação do capital. Leitura esta que, no caso específico, não alude à realidade do mercado de trabalho e da impossibilidade de que, sob o capitalismo, todos possam ser beneficiados por este mercado, ou, em outras palavras, esconde o fato de que é da “natureza” da lógica do capital a exclusão do mercado de milhões de trabalhadores.

O empreendedorismo é parte da ideologia capitalista que, sob o período neoliberal, aponta como central a liberdade e a culpabilização individual pelos sucessos e/ou fracassos na vida e no mercado, e, portanto, pela produção da vida. No caso da pedagogia empreendedora, trata-se, não mais, que investir na geração de pessoas que tenham como horizonte que a sua iniciativa pode mudar sua vida, e que são os sonhos que temos que dão força para que isso se realize. Desde a infância a proposta é inculcar o empreendedorismo, para que as novas gerações saibam se localizar e melhor se adaptar à sociedade em constante mudança e cada vez mais competitiva. Ou seja, trata-se de formar pessoas que possam “realizar seus sonhos” de ter uma vida independente de chefes, com seu próprio negócio.

Outra característica desta pedagogia é a imputação ao empreendedor como sujeito social diferenciador, aquele que impulsiona a sociedade, que cria valores, que gera riquezas, que move a economia, enfim. São os empreendedores, nesta concepção, as molas da nova sociedade, assim como foram até agora no desenvolvimento do capitalismo. Esta referência ao elemento diferenciador, mais uma vez, faz tábula rasa de um elemento fundamental: a geração de riqueza é social, e são os trabalhadores, em sociedade, que a geram. E mais, nega o fato de que a geração de riquezas não se dá na mesma medida de sua socialização, que, ao contrário, é privatizada.

Mas, em geral, o que implica a crítica a estas duas correntes específicas que se autodenominam “pedagogias”? Em primeiro há um elemento específico, que é o fato de que, ambas, estão localizadas no universo do mundo do trabalho, e, portanto, suas “criações” se relacionam com este campo da realidade. A necessidade da crítica, neste caso, é pela tentativa de desmascarar uma concepção do trabalho sob o capitalismo que prescinde da análise do real; que, em seu lugar, cria um mundo à parte, sem a necessidade de referenciar as suas ideias defrontando-as com a realidade do trabalho sob o capitalismo, até porque, caso fizessem isso, seria impossível manter de pé o edifício frágil de suas produções. Portanto, uma questão específica é combater as pedagogias que, ao se aproximarem do mundo do trabalho, produzem explicações ideológicas e distorcidas do real, e, com isso, auxiliando na reprodução deste real.

Duas questões de ordem geral, no entanto, impulsionam esta crítica sumariamente realizada. A primeira é a crítica às pedagogias privatizantes, ou seja, aquelas que produzem no sentido de submeter o campo pedagógico, e a educação em geral, ao projeto do capital. Ao fazerem isso submetem todo o projeto educativo à lógica do capital, e, com isso, não fazem mais que reforçar uma formação alienada e subserviente. Não existe possibilidade de transformação para estas pedagogias, e a educação não é mais que adaptação à realidade.

A segunda questão é que tais ideais, por serem apresentadas de forma cativante, o que é próprio dos discursos de auto-ajuda, têm conquistado corações e mentes de pedagogos e educadores em geral, além de ocupar espaços em universidades, em currículos de graduação e cursos de especialização e até mestrados e doutorados. Desta forma, trata-se de uma crítica ao campo destas pedagogias, que pelas características assinaladas ao longo do texto, tendem a reduzir o campo pedagógico ao pragmatismo do mercado, e a formação a mero adestramento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

_____. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2006.

_____. **A ponte mágica**: como Luísa, aos 11 anos cria sua primeira empresa para realizar seu sonho. São Paulo: Mirian Paglia Editora de Cultura, 2004.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Vigotski e o aprender a aprender**: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2006.

GRECO, Myrian Glória. O pedagogo empresarial. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens_01.html> acesso em: 09 de maio de 2003.

HOLTZ, Maria Luiza M. **Lições de pedagogia empresarial**. MH Assessoria Empresarial Ltda., Sorocaba SP. Disponível em<http://www.mh.etc.br/documentos/licoes_de_pedagogia_empresarial.pdf>.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Izolda (org.). **Pedagogia empresarial**: formas e contexto de atuação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

NICHETTI, Maria Aparecida de Oliveira. **Pedagogia Empresarial: tendências e perspectivas de atuação do pedagogo e transformação social**. **Anais...** I Congresso de Educação UNIPAN Desafio da Formação Humana, 2008.

PREVIDELLI, José; SELA, Vilma Meurer (orgs.). **Empreendedorismo e educação empreendedora**. Maringá: Unicorpore, 2006.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

ROSSLER, João Henrique. **Sedução e alienação no discurso construtivista**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Trabalho e Pequena Empresa**. 2 ed. Brasília: DIESSE, 2008.

SCHUMPETER. Joseph Alois Schumpeter. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.